

A noção de campo de uma perspectiva transnacional¹: A teoria da diferenciação social sob o prisma da história global²

*The notion of field from a transnational perspective:
The theory of social differentiation under the prism of global history*

Gisèle Sapiro^a

Traduzido por Marcello G. P. Stella^b

“A noção de campo supera o historicismo sem recair no essencialismo”. Pierre Bourdieu no seminário “Campo, tipologia e limites dos campos”, 11 de maio de 1973.

A crítica do “nacionalismo metodológico”³ e o desenvolvimento de abordagens transnacionais questionaram a pertinência do Estado-nação como unidade de pesquisa. Ainda mais quando processos observados no seio dos Estados-nação resultem de interações com outras sociedades e que, aparentemente, a existência de elementos semelhantes em culturas diferentes seja, comumente, o produto da circulação de modelos e de trocas, mais do que o resultado de causas comparáveis (quando não se trata de uma herança comum). O conceito de “campo” é afetado por essa mudança de perspectiva do nacional para o transnacional? Em qual aspecto? Esta é a questão central desta reflexão ainda provisória.⁴

Apesar do conceito de campo ser geralmente empregado em quadros nacionais e de pesquisadores que abordam objetos transnacionais e internacionais renunciarem ao seu uso, prescindindo dele pelo menos restritivo “espaço”, em nenhum

1 A autora e o tradutor agradecem o apoio para a feitura da tradução dos professores Afrânio Garcia Jr., Luiz Carlos Jackson e Sérgio Miceli.

2 Referência para o artigo original: SAPIRO, Gisèle. Le champ est-il national ? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l’histoire globale. *Actes de la recherche en sciences sociales*, (Nº200), p. 70-85, 2013/5. DOI 10.3917/ars.200.0070

a Diretora de pesquisas no CNRS e diretora de estudos na EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales).

b Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, é atualmente doutorando na mesma instituição e programa tendo como grande área de estudo a sociologia da literatura e a sociologia da cultura.

3 WIMMER, Andreas & SCHILLER, Nina Glick. Methodological nationalism, the social sciences and the study of migration: an essay in historical epistemology. *International Migration Review*, 37(3), p. 576-610, 2003.

4 Agradeço a Jerome Bourdieu, Christophe Charle, Johan Heilbron, Julien Duval et Franck Poupeau pelos seus comentários muito úteis para esta minha reflexão.

lugar de sua obra, Pierre Bourdieu afirma que os campos são obrigatoriamente circunscritos ao perímetro do Estado-nação. O campo é um conceito abstrato que permite a autonomização metodológica de um espaço de atividade definido de maneira relacional (de acordo com princípios de oposição estrutural que desenham uma topografia de posições em função da distribuição de um capital específico) e dinâmica (essas posições evoluem em função das lutas internas do campo que impõem uma temporalidade própria), sob condição que esta se justifique por razões sócio históricas. As fronteiras de um campo se relacionam com as da divisão do trabalho e das fronteiras geográficas, mas essas fronteiras não estão dadas de antemão, elas evoluem com o tempo, e são constantemente colocadas em questão. Logo, elas são construídas pelo pesquisador, como Bourdieu explica nos seminários sobre o campo:

A questão dos limites geográficos de um mercado pode ser uma questão pertinente para uns e não para outros. Vejamos um mercado matrimonial: a probabilidade de uma moça originária da Haute-Savoie, nascida acima de 2000 metros, de se casar com um parisiense é Σ . A questão dos limites geográficos de um mercado pode ser pertinente: em alguns casos os limites teóricos de um campo podem ser definidos em termos de limites geográficos. É o que ocorre num campo no qual o limite, em sentido matemático, é uma fronteira, no sentido geográfico e político: a partir de certa distância geográfica, o casamento torna-se muito improvável. Consideremos agora a difusão de obras culturais: coisas distantes no espaço geográfico podem ser próximas no espaço pertinente ao campo. Por exemplo, em 1945, a filosofia alemã estava próxima de Paris e Harvard estava distante; em 1973, a filosofia alemã se distanciou de Paris e a de Harvard se aproximou (Todos esses exemplos têm por objetivo destruir a mentalidade realista)⁵.

Proponho a releitura da teoria dos campos a partir de uma perspectiva sócio histórica de longa e média duração. Depois de abordar o processo de diferenciação dos campos, discutirei o fenômeno da nacionalização e o papel do Estado na formação dos campos; em seguida analisarei os modos e estratégias de internacionalização ou transnacionalização, as tensões entre as fronteiras estatais, fronteiras de mercado e fronteiras de campo; e os indicadores de emergência de campos

5 BOURDIEU, Pierre, seminário « Champ, typologie et limites des champs », 11 de maio de 1973, no presente número, p. 73.

transnacionais, levando em conta os campos de produção cultural (especialmente o campo literário, que tem a propriedade de ser, ao mesmo tempo, “nacional” e “internacional”) e o campo científico (considerando as ciências humanas e sociais, também divididas entre sua ancoragem “nacional” e seu grau variável de “internacionalização”). Por fim, voltarei à questão da comparação, contestada, pelos partidários de uma história “global”, “entrecruzada” (“*entangled*”) ou “conectada”, por seu efeito de reificação de fronteiras nacionais e de ocultação dos fenômenos de circulação de intercâmbios e transferências.⁶

A DIFERENCIAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS

A emergência dos campos relativamente autônomos é estreitamente vinculada a dois processos correlacionados, que foram definidos respectivamente por Durkheim e Weber: a divisão social do trabalho e a diferenciação das atividades sociais. Esse duplo processo, todavia, não tem nada de inelutável nem de mecânico. A autonomização de um domínio de atividade resulta geralmente de uma luta levada a cabo por um grupo de especialistas (por exemplo, juristas) pela obtenção de reconhecimento social por sua autoridade e competência sobre o domínio em questão, instaurando assim uma separação entre profissionais e profanos (por exemplo, entre clérigos e leigos). A teoria dos campos integra desse modo a análise weberiana, da qual retira consequências metodológicas, a saber, a possibilidade de autonomizar – de modo sempre relativo – um campo como objeto de estudo. Mas a autonomia pode também resultar de lutas de interesse e de processos de diferenciação propriamente ditos, que usurpam de certos grupos seus domínios de competência específicos⁷.

Os campos mais autônomos são aqueles que conseguiram estabelecer suas próprias regras de funcionamento e seus valores específicos, liberados de restrições religiosas, políticas ou econômicas. Ainda é fato que a religião, a política e a economia formaram ou, pelo menos as duas últimas, formam ainda os campos dominantes, conforme a posição social de seus agentes. Dotados eles mesmos de regras que lhes são próprias, eles estão em competição por subsumir os outros domínios de atividades aos seus próprios princípios. Os princípios religiosos por muito tempo subjugaram os interesses intelectuais, políticos, econômicos, sendo

6 Para uma síntese desses debates, ZIMMERMANN, Benedicte; Michael WERNER. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. *Annales HSS*, 58(1), p. 7-36, 2003.

7 É por exemplo, o caso dos homens de letras no século XIX, ver SAPIRO, Gisèle. *La Responsabilité de l'écrivain. Littérature, droit et morale en France XIXe-XXIe siècles*. Paris: Seuil, 2011.

a autonomização dos campos político e econômico um processo bastante tardio⁸. Se os momentos revolucionários tiveram por efeito autonomizar as batalhas políticas colocando seus próprios princípios acima de todas as outras coisas, como ocorrido durante a Revolução Francesa ou bolchevique, a perenização de um campo político, por sua vez, é ligada ao parlamentarismo que institucionalizou a luta concorrencial pela conquista da voz e do acesso ao poder, instaurando uma separação entre profissionais e profanos⁹. Esse jogo contribui ao fechamento em si mesmos dos espaços nacionais, ao qual retornarei mais adiante. O campo econômico conquistou sua autonomia em relação ao campo político e religioso não somente impondo a lei do mercado e a livre concorrência, mas também almejando fazer da economia uma ciência de governo a partir do século XVIII¹⁰. A luta pelo liberalismo econômico foi estreitamente associada à luta pelo liberalismo político (sem que a ligação entre as duas coisas seja obrigatória). Nos regimes autoritários, o campo econômico era largamente subordinado ao poder político. Nos Estados que adotaram a economia de mercado, o grau de regulação conheceu fortes variações, do reconhecimento de direitos sociais à organização da concorrência e até a política de desregulação que é testemunha da inversão da relação de forças entre o campo político e o econômico (sem que essa evolução tenha sido linear e nem harmônica entre países diferentes). O “*New Public Management*” subordinou o Estado aos critérios da racionalidade econômica (por meio dos “indicadores de performance”¹¹), colocando-o em rota de colisão com o princípio do desinteresse subjacente à noção de serviço público¹².

8 Sobre o campo religioso ver BOURDIEU, Pierre. Genèse et structure du champ religieux. *Revue française de sociologie*, 12(3), p. 295-334, 1971a. e BOURDIEU, Pierre. Une interpretation de la théorie de la religion selon Max Weber, *European Journal of Sociology*, 12, p. 3-21, 1971b.

9 BOURDIEU, Pierre. *Propos sur le champ politique*. Lyon., Presses universitaires de Lyon, 2000. Sobre o processo de profissionalização dos políticos, ver WEBER, Max. *Le Savant et le politique*. Trad. Française. Paris: Plon, 1959.; sobre o caso francês, ver OFFERLE, Michel (dir.). *La Profession politique XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, 1999, p. 37-68.; e para uma síntese de trabalhos sobre o campo político numa perspectiva sócio-histórica, ver DULONG, Delphine. *La Construction du champ politique*. Paris: Presses universitaires de Rennes, 2010.

10 SKORNICKI, Arnault. *L'Économiste, la cour et la patrie*. Paris: CNRS Ed., coll. «Culture & société», 2011. Sobre o campo dos economistas e seu papel social na segunda metade do século XX, ver LEBARON, Frederic. *La Croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris: Seuil, coll. « Liber », 2000.

11 Na França, esses indicadores são provenientes do campo econômico (via os grandes gabinetes de conselhos e os percursos escolares e profissionais dos altos funcionários: formação em gestão, passagem de um alto cargo no serviço público para outro no serviço privado, etc.) são consolidados e utilizados pelo Ministério das Finanças que comanda assim desde 2001 os outros ministérios, especialmente o da Função Pública. Sobre a implantação do New Public Management » na França, ver o número especial dirigido por HENRY, Odile; PIERRU, Frédéric. *Le conseil de l'État. Expertise privée et réforme des services publics. Actes de la recherche en sciences sociales*, 193, juin, 2012.

12 Sobre esse princípio de desinteresse, ver BOURDIEU, Pierre. *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2012.

O combate pela autonomia é liderado por instâncias que pretendem encarnar o interesse específico. O grau de centralização de um campo varia em função da aptidão de uma instituição em monopolizar o poder, por exemplo, a Igreja católica romana. Quando uma instituição alcança um alto grau de monopólio em um campo, devemos substituir “campo” por “corpo”: “[...] há um corpo quando um conjunto de indivíduos relativamente homogêneos, do ponto de vista dos princípios de diferenciação dominantes no universo social considerado, é unido por solidariedade fundada sobre a participação comum no mesmo capital simbólico.¹³” Apoiando-se no livro de Ernst Kantorowicz, *Le Deux Corps du roi*, Pierre Bourdieu focaliza a reflexão dos canonistas medievais (os teólogos do direito da Igreja) sobre a noção de *Corporatio*, que traduz-se também pelo termo de “*Universitas*”. A circunscrição do recrutamento por concurso, *numerus clausus*, etc. é uma modalidade de controle de acesso ao campo que é suscetível de conduzir à sua transformação em corpo. Pierre Bourdieu dá o exemplo da formação de um corpo de filósofos profissionais sob a Terceira República¹⁴.

Entretanto, é raro que o recrutamento social de um campo seja assim homogêneo, e as diferenças de estatuto (ou de corporações no campo administrativo) geram frequentemente os princípios de oposição estrutural¹⁵. Na realidade, a vantagem da teoria dos campos em comparação à sociologia das profissões é que ela considera as atividades, mesmo quando elas alcançaram certo nível de autonomia, como sempre relativamente heterônomas (por exemplo, as relações de classe) e como mais ou menos heterogêneas. Essa heterogeneidade pode resultar das condições de trabalho e de estatuto (por exemplo, os estatutos de independente, assalariado ou funcionário que podem coexistir em um mesmo domínio de atividade¹⁶) ou do recrutamento social (as origens sociais ou a formação educacional, opondo, por exemplo, antigos alunos das grandes Escolas ou de Oxbridge aos outros). Tais clivagens subentendem quase sempre as relações de força que estruturam os campos e as lutas internas que estão nas origens das suas transformações,

13 BOURDIEU, Pierre. « Le fonctionnement du champ intellectuel », *Regards sociologiques*, 17-18, 1999, p. 11. Ver também BOURDIEU, Pierre. « Effet de champ et effet de corps », *Actes de la recherche en sciences sociales*, 59, 1985, p. 73.

14 A partir do estudo de FABIANI, Jean-Louis. *Les Philosophes de la République*. Paris: Minuit, coll. « Le sens commun », 1988.

15 Por exemplo, o ofício de engenheiro consultor na França se estruturou em torno da oposição entre os engenheiros saídos dos grandes corpos administrativos do Estado e aqueles que provinham das grandes escolas de engenharia. Ver HENRY, Odile. *Les Guérisseurs de l'économie. Sociogenèse du métier d'ingénieur-conseil*. Paris: CNRS Éd., 2013.

16 SAPIRO, Gisèle. *Les professions intellectuelles, entre l'État, l'entrepreneuriat et l'industrie. Le Mouvement social*, 214, p. 3-24, janvier-mars, 2006.

mesmo se, à medida que avança a autonomia do campo, os princípios de divisão (entre forças de autonomia e forças de heteronomia) são cada vez menos indexados às propriedades sociais anteriores e cada vez mais vinculados à distribuição do capital simbólico específico.

As relações de dependência e de imbricação entre campos assim como as alianças estabelecidas com forças exteriores para afirmar a sua autonomia ou, ao contrário, reforçar sua subordinação, são, junto com as lutas internas, os principais fatores de evolução dos campos, que não tem nada de teleológico ou de linear. O Estado tem o poder de arbitrar as relações de força entre grupos concorrentes, como foi o caso na França dos escritores em face aos universitários controlados pela Igreja no século XVII (sobretudo com a oficialização da Academia francesa¹⁷), ou dos médicos face aos clérigos no século seguinte¹⁸ - arbitragem que consolidava a monarquia absoluta em face à Igreja.

Dessa maneira, após a heresia interior da Reforma, a autoridade da Igreja católica foi desafiada do exterior, a partir do século XVII, pela monarquia absoluta na França. No século XIX, a Igreja romana ensaiou a reafirmação de seu poder transnacional contra o desenvolvimento das identidades nacionais e dos Estados-nação. A concorrência entre Estado e Igreja pela hegemonia se manifestou principalmente na luta pelo monopólio da educação¹⁹, que na França tomou contornos extremos desde a política da descristianização na fase mais radical da Revolução e, sobretudo, nos primeiros decênios da Terceira República até a lei de Separação (laicização da escola, escolarização obrigatória primária, constituição de um ensino não religioso para as mulheres até então massivamente formadas em instituições religiosas, interdição do ensino por congregações não autorizadas, privatização da religião, excluída pela lei de 1881 dos domínios protegidos pelo Estado, etc.). Essa luta está por trás do processo de nacionalização que se generaliza no século XIX.

17 VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris: Minituit, coll. «Le sens commun», 1985. Christian Jouhaud mostra o paradoxo da autonomia do campo literário ter passado por uma dependência reforçada em relação ao Estado, ver JOUHAUD, Christian. *Les Pouvoirs de la littérature. Histoire d'un paradoxe*. Paris: Gallimard, coll. « NRF Essais », 2000.

18 Como mostrou a historiadora americana Jan Goldstein, a noção de « contágio moral » permite aos médicos invadir o domínio do espírito, o qual os clérigos tinham sob monopólio até então, demonstrando sua aptidão a participar da manutenção da ordem social no caso das epidemias « morais » (as ondas de suicídio, por exemplo), de crises de convulsão coletiva (tais quais aquelas suscitadas pelo falecimento do jansenista François de Pâris em 1727), e de tumultos políticos. GOLDSTEIN, Jan. "Moral contagion": a professional ideology of medicine and psychiatry in eighteenth- and nineteenth-century France". In: GEISON, Gerald L.. *Professions and the French State 1700-1900*. Philadelphie: University of Pennsylvania Press, 1984, p. 181-222.

19 Sobre a educação como desafio maior da formação dos Estados modernos, ver GELLNER, Ernst. *Nations et nationalisme*. Trad. Française. Paris: Payot, 1989.

A NACIONALIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DOS CAMPOS

Na verdade, é desde o começo do século XIX que o Estado-nação torna-se o quadro de referência pertinente para o estudo dos processos de diferenciações dos campos, quando o nacionalismo se tornou o princípio de coesão que suplantou a religião para formar entidades abstratas sob uma base territorial. Mas, nutrindo-se de tradições populares locais revisitadas e “folclorizadas” (à maneira de Béla Bartók retrabalhando melodias folclóricas para se integrar às obras musicais eruditas), a construção de identidades nacionais é operada em um processo transnacional de circulação desse modelo de um país para outro²⁰: a lista de elementos que a formavam incluía uma língua, uma literatura, obras pictóricas e musicais “típicas”, etc. Essa construção permitiu às culturas dominadas sua autonomização em relação às culturas dominantes (em particular em relação à cultura francesa), e promoveu a formação de um espaço internacional de competição entre Estados-nação, definidos sobre uma base ao mesmo tempo cultural (nacional) e territorial, de início em escala europeia, depois mundial²¹. Os Estados protagonizaram essa competição colocando em jogo medidas protecionistas para as empresas nacionais e as profissões organizadas, e favorecendo a produção cultural nacional por políticas de incentivo à criação e à difusão para o exterior (por exemplo, no período entre guerras, o governo fascista apoiou ativamente a exportação de literatura italiana na tentativa de se igualar à França e à Alemanha). No entanto, enquanto regiões inteiras no mundo continuavam apartadas desse processo, esses territórios que impunham barreiras jurídicas e aduaneiras não se constituíam como fronteiras impermeáveis. De um lado, a diferenciação dos campos de produção cultural nacionais na Europa se deu baseada numa cultura comum, a cultura clássica, e de modelos importados de culturas dominantes: assim, a literatura em hebreu moderno produzida na Palestina na primeira metade do século XX emprestou seus modelos da literatura russa (e os empréstimos tomados da literatura francesa são largamente entrelaçados pelas traduções em russo)²². De outro lado, as lógicas de expansão dos mercados, as ambições hegemônicas do colonialismo, são

20 THIESSE, Anne-Marie. *La Création des identités nationales. Europe XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Seuil, 1999.

21 Sobre a formação dos campos literários nacionais, ver CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999. e CASANOVA, Pascale. (dir.). *Des littératures combattives. L'internationale des nationalismes littéraires*. Paris: Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2011. Sobre a nacionalização do campo musical, ver FULCHER, Jane F. *The Composer as Intellectual. Music and Ideology in France (1914-1940)*. New York: Oxford University Press, 2005.

22 Como mostrou EVEN-ZOHAR, Itamar. Russian and Hebrew: the case of a dependente polysystem. *Poetics Today*, 11(1), p. 97-110, 1990.

fatores de formação de espaços de circulação e intercâmbio que transbordavam os territórios nacionais.

Se o colonialismo manteve as populações em estado de privação de representação política autônoma, sua dimensão cultural (que passava pela educação, a aprendizagem da língua do colonizador, a escolarização) ajudava a contribuir a alargar as fronteiras nacionais dos campos em uma dupla direção: primeiramente, expansão do mercado de bens culturais em direção aos territórios que se tornavam destinos para os produtos das nações colonizadoras (por exemplo, os livros), em segundo lugar, havia a formação de uma elite de produtores culturais nos países colonizados. Fato significativo, o combate pela independência tomou em vários lugares uma forma nacional, que não era a única opção possível: por exemplo, o pan-arabismo ou o pan-africanismo se ofereciam como alternativa, da mesma forma que o pan-americanismo na América Latina; a “negritude” como condição social ligada a cor da pele constituía igualmente uma opção promovida na literatura por Césaire²³ nas Antilhas. No seu curso *Sobre o Estado*, Pierre Bourdieu lembra que uma verdadeira abordagem histórica deve levar em conta os “possíveis não concretizados”²⁴. As fronteiras nacionais, que se tornaram tão evidentes e foram admitidas como naturais por gerações de pesquisadores, devem ser relativizadas historicamente, sabendo que esse viés “nacionalista” é o produto mesmo desse processo de nacionalização (a história e a literatura são disciplinas que foram as mais vinculadas à definição de identidade nacional, mas a sociologia é também muito nacional nos seus objetos, em parte em razão da demanda social e política).

Se as fronteiras nacionais devem ser postas em questão, é necessário também questionar seus efeitos. Ampliando a definição weberiana de Estado, Pierre Bourdieu descreve o processo pelo qual o Estado moderno monopolizou não somente a violência física, mas também a violência simbólica, esta permitindo “justificar” e legitimar aquela até nos seus piores abusos. O Estado moderno é principalmente o poder de produzir identidades legítimas. A escola é seu principal instrumento: ela tem por função não somente dar contorno às identidades dos sujeitos, mas também inculcar neles o sentido da legitimidade cultural que define “insiders” e “outsiders” (os de dentro do grupo e os de fora do grupo de acordo com Merton), assim como a hierarquia social entre os grupos (por exemplo, por meio da hierar-

23 Para uma análise do movimento de negritude que recorre de modo heurístico ao conceito de campo, ver MALELA, Buata B. *Les Écrivains afro-antillais à Paris (1920-1960)*. Paris: Karthala, 2008.

24 BOURDIEU, Pierre. *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2012.

quia de dialetos, sotaques, ou etnias), o grupo dominante detendo a possibilidade de universalizar seus atributos particulares.

Antes do processo de secularização, no quadro da divisão do trabalho entre poder espiritual e temporal, a violência simbólica era exercida pela Igreja que tinha a seu cargo a educação e o enquadramento das identidades subjetivas. Este poder espiritual foi desafiado primeiro pela Reforma, depois pelos filósofos que, no século XVIII, afirmaram a autonomia da razão, teorizada por Kant, que fundaria o processo de autonomização do campo intelectual em relação ao campo religioso²⁵. Na França, isso resultou em parte do apoio, já mencionado, que a monarquia absoluta conferiu desde o século XVII aos homens de letras que escreviam em francês, a fim de promover uma produção literária secular em língua nacional, contra os doutos das universidades então controladas pela Igreja, nas quais a língua de comunicação era o latim e o espaço de referência a Europa. Tal campo intelectual em vias de constituição iria conhecer um processo de diferenciação no século seguinte, todavia de uma maneira que variou entre diferentes países de acordo com as relações de força entre campo religioso, campo literário, campo universitário e campo político²⁶.

Se o Estado permitiu a outros campos de produção cultural, especialmente o artístico e o musical, a emancipação da tutela da Igreja e do clientelismo (e, primeiramente se elevar ao nível de uma arte liberal com a criação de uma academia), é a formação de um mercado de bens simbólicos no século XVIII que está na origem da autonomização do campo literário e artístico, das liberdades progressivas em relação ao controle estatal mais rigoroso, assim revertido à ordem temporal da oferta e da demanda (o que contribui a colocar um fim ao monopólio acadêmico, com o crescimento dos intermediários como editores e galeristas)²⁷. A autonomia (relativa) conquistada por esses campos se sustenta, entretanto em um equilíbrio frágil entre as diferentes forças que a procuram monopolizar, neste caso o Estado e o mercado: o mercado permitiu eludir as restrições estatais, mas impôs por sua vez a sua lei, a do lucro, geradora de uma heteronomia crescente, a qual o Estado

25 CHARTIER, Roger. *Les Origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Seuil, 1990, rééd. « Points », p. 220 sq, 2000. ; ROCHE, Daniel. *Les Républicains des lettres: gens de culture et Lumières au XVIIIe siècle*. Paris: Fayard, 1988. ; MASSEAU, Didier. *L'Invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIIIe siècle*. Paris: PUF, 1994.

26 CHARLE, Christophe. *Les Intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'histoire comparée*. Paris: Seuil, 1996.

27 BOURDIEU, Pierre. Le marché des biens symboliques. *L'Année sociologique*, 22, p. 49-126, 1971.; BOURDIEU, Pierre. *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992. ; BOURDIEU, Pierre. *Manet. Une révolution symbolique*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2013.

pode, em retorno, contrabalançar os efeitos utilizando-se de políticas de apoio ao polo de produção restrita dos campos de produção cultural, como é o caso nos países que implantaram políticas culturais desse tipo²⁸.

O Estado contribuiu igualmente para a autonomização de outros campos, por exemplo, o campo jurídico (em cuja consolidação os juristas tiveram papel destacado²⁹), o campo médico, como vimos, e depois, no curso do século XIX, o campo político, o campo universitário, e inúmeros domínios de especialização como a psiquiatria, a psicologia, a história, a sociologia, a arquitetura, etc. Esses domínios conheceram um processo de profissionalização e de institucionalização acadêmica que permitiu na França, a monopolização progressiva pelo Estado do controle do acesso à profissão, pelo controle da titulação. Nesse sentido, o Estado contribuiu fortemente, na França como em grande número de países europeus centrais e do Leste europeu³⁰, para aquilo que Andrew Abbott chamou de “divisão do trabalho de *expertise*”³¹, arbitrando as lutas de concorrência entre os especialistas pelo monopólio das competências de um domínio de atividade sobre um território nacional³². O que não impede absolutamente a circulação entre campos nacionais.

FATORES E ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

-
- 28 SAPIRO, Gisèle. The literary field between the state and the Market. *Poetics. Journal of Empirical Research on Culture, the Media and the Arts*, 31(5-6), p. 441-461, 2003. A implantação dessas políticas não se deu sem reticências por parte dos meios literários e artísticos, como mostrou, DUBOIS, Vincent. *La Politique culturelle. Genèse d'une catégorie d'intervention publique*. Paris: Belin, 1999.
- 29 BOURDIEU, Pierre. *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2012. A organização da profissão de advogado no século XVIII constituiu uma etapa importante desse processo de autonomização ; ver KARPIK, Lucien. *Les Avocats. Entre l'État, le public et le marché. XIIIe-XXe siècle*. Paris: Gallimard, 1995. Sobre a recomposição do campo jurídico francês sob a Terceira República com a emergência dos constitucionais, ver SACRISTE, Guillaume. *La République des constitutionnalistes. Professeurs de droit et légitimation de l'État en France (1870-1914)*. Paris: Presses de Sciences Po, 2011.
- 30 Nos Estados burocráticos e autoritários, como os impérios francês, alemão e habsburgo, uma parte dos serviços intelectuais, tais como o ensino, foram assimilados a função pública, o que permitiu liberá-los das constrações de mercado e de impedir que interesses particulares, sobretudo econômicos sobrepujassem o interesse geral, que os controlava no plano ideológico; SIEGRIST, Hannes. “The professions in nineteenth-century Europe”. In: HARTMUT, Kaelble (éd.). *The European Way*. New York: Berghahn Books, 2004, p. 68-88.
- 31 ABBOTT, Andrew. *The System of Professions. An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1988.
- 32 Na Grã-Bretanha, na Alemanha e na Itália, as profissões liberais contribuíram a unificação do Estado; ver PERKIN, Harold. *The Rise of Professional Society. England since 1880*. Londres/ New York: Routledge, 1989. ; COCKS, Geoffrey; JARAUSCH, Konrad. *German Professions, 1800-1950*. New York: Oxford University Press, 1990. ; MCCLELLAND, Charles E. *The German Experience of Professionalization. Modern Learned Professions and their Organizations from the Early Nineteenth Century to the Hitler Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. ; MALATESTA, Maria (ed.). *Society and Professions in Italy, 1860-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Essa circulação internacional depende de vários fatores. Em primeiro lugar, as migrações desejadas ou forçadas (exílios), fonte de potencial renovação de campos nacionais³³, mas cujos efeitos podem ser limitados pelo protecionismo estatal destinado a regular a concorrência entre as profissões organizadas (por exemplo, a lei de 1933 interditando o exercício da medicina na França àqueles que não eram detentores de um doutorado em medicina francês, e a outra lei de 1934 proibindo o exercício de certas profissões liberais – advogado, arquiteto – aos estrangeiros). Segundo fator, a circulação de pessoas e de modelos é largamente determinada por relações de força desiguais entre países centrais e periféricos (ou dominantes e dominados): isso se dá desde a migração de elites para estudar no exterior (como foi o caso, na primeira metade do século XX, de uma parte das elites do Leste europeu, indo para a Alemanha e para França³⁴, ou das colônias em direção a Grã-Bretanha e a França) ao reconhecimento da equivalência de diplomas, fruto de acordos bilaterais que regulamentam os intercâmbios. Favorecida pela circulação internacional de elites, a importação de modelos escolares e profissionais estrangeiros participa dessas trocas culturais desiguais. Enfim, as instâncias internacionais tais como o Instituto de cooperação intelectual da Sociedade das Nações no período entre guerras, depois a UNESCO que o sucedeu a partir de 1945, tiveram uma participação significativa na formação de espaços culturais científicos e profissionais internacionais, sempre mantendo uma concepção de representação ancorada no pertencimento nacional: elas também apoiaram a criação de sociedades de autor, associações profissionais, federações de ensino e de jornalismo que favoreceram a difusão do modelo de organização profissional e a harmonização das regulamentações (direito autoral, propriedade intelectual, regras de deontologia). Paralelamente, ainda que a organização da pesquisa permaneça em bases nacionais até hoje, as fundações filantrópicas estadunidenses contribuíram fortemente à circulação de modelos e regras do jogo nas ciências naturais e nas ciências sociais, mesmo se essas últimas permanecem intensamente vinculadas – em graus variáveis – às respectivas tradições nacionais³⁵. Por um

33 Sem que isso tenha sido automático, como o mostra, através de uma comparação entre o caso de Lévi-Strauss e de Gurvitch: JEANPIERRE, Laurent. Une opposition structurante pour l'anthropologie structurale: Lévi-Strauss contre Gurvitch, la guerre de deux exilés français aux États-Unis. *Revue d'Histoire des sciences humaines*, 11, p. 13-43, 2004.

34 KARADY, Victor. "L'émergence d'un espace européen des connaissances sur l'homme em société: cadres institutionnels et démographiques". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 43-68.

35 HEILBRON, Johan et al. (2009). "Internationalisation des sciences sociales: les leçons d'une histoire transnationale". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 319-346.

paradoxo aparente, essas instâncias igualmente favoreceram a formação de campos nacionais nos países onde eles não existiam.

A ideologia internacionalista da Sociedade das Nações ou da UNESCO acompanha e dá abrigo, na realidade, por meio de incitações explícitas, à formação de Estados-nação assim como à nacionalização dos campos profissionais, científicos e culturais, ainda encorajando os intercâmbios entre eles. Essa é uma das formas que toma o internacionalismo político, que varia entre uma concepção essencialista da nação (internacionalismo fascista) e uma concepção instrumentalista e temporária (internacionalismo comunista), mas que é igualmente um fator de circulação (de modelos e de pessoas) e de trocas. Entre esses dois extremos, é preciso situar as alianças culturais de caráter por vezes essencialista (como o pangermanismo e o panlatinismo) e as alianças regionais, de fundamentos mais geopolíticos (como o pan-americanismo e o pan-africanismo), e que podem adotar formas mais ou menos instituídas (como a União Europeia).

A construção europeia oferece um terreno de observação particularmente interessante das modalidades de internacionalização de campos, mas também de obstáculos e resistências que encontram nesses caminhos. A aparição dessa entidade supranacional que é a União Europeia não colocou em questão a autonomia dos campos estatais, políticos ou jurídicos nacionais, apesar da formação de um verdadeiro “campo Eurocrata”³⁶ e de um campo jurídico europeu “fraco”³⁷, as culturas administrativas, políticas e jurídicas dos países de origem dos participantes continuam a pesar nos posicionamentos e nas alianças ou antagonismos. Do mesmo modo, ela está longe de ter operado o trabalho de integração cultural realizado pelos Estados-nação³⁸, a despeito das múltiplas tentativas mais ou menos autônomas de criar um “imaginário” coletivo: antologias, coleções, obras coletivas³⁹, coleções históricas⁴⁰, essa derrota pode ser explicada ao mesmo

36 GEORGAKAKIS, Didier (dir.). *Le Champ de l’Eurocratie. Une sociologie politique du personnel de l’EU*. Paris: Economica, coll. « Études politiques », 2012.

37 VAUCHEZ, Antoine. The force of a weak field: law and lawyers in the government of the European Union. *International Political Sociology*, 2, p. 128-144, 2008.; e VAUCHEZ, Antoine; WITTE, Bruno de (eds.). *Lawyering Europe. European Law as a Transnational Social Field*. Oxford: Hart Publishing, 2013.

38 SWAAN, Abram de. “The European void: the democratic deficit as a cultural deficiency”. In: FOSSMAN, John; SCHLESINGER, Philip (dir.). *The European Union and the Public Sphere. A Communicative Space in the Making?*. Londres/New York: Routledge, 2007, p. 135-153.

39 Ver por exemplo KELLER, Ursula; RAKUSA, Ilma (dir.). *Writing Europe. What is European about the Literatures of Europe? Essays from 33 European Countries*. Budapeste/ New York: CEU Press, 2004.

40 Como a coleção « Faire l’Europe » lançada em 1988, em torno do historiador Jacques Le Goff, por cinco editoras europeias. Ver SERRY, Herve. “Faire l’Europe” : enjeux intellectuels et enjeux éditoriaux d’une collection transnationale.” In: SAPIRO, Gisèle. *L’Espace intellectuel en Europe* :

tempo pela história da nacionalização dos campos (que faz com que a educação permaneça muito fortemente nacional), e pelo estado atual das relações de força internacionais: de um lado, a hegemonia estadunidense que focaliza a mirada de muitos produtores intelectuais e culturais (a tal ponto que as relações culturais e intelectuais intra europeias são cada vez mais mediadas pelos Estados Unidos), de outro lado o mal estar com a possibilidade do agravamento de uma cisão entre Norte e Sul.⁴¹

É preciso diferenciar a ideologia internacionalista da palavra de ordem da globalização, que substituiu a de “desenvolvimento” no final dos anos de 1970⁴². Essa palavra de ordem é expressão da ideologia neoliberal, que visava abrir as fronteiras à circulação de produtos abolindo os monopólios estatais e queria propagar a lei do mercado nas regiões onde ela não se aplicava (como nos antigos regimes comunistas ou antigos países do terceiro mundo de economia em parte administrada). Ela acompanhou a formação de um campo econômico mundial dominado pelas multinacionais e caracterizado entre outras coisas pelas políticas de deslocalização e de fluxo de capitais não controlados, como descreve Pierre Bourdieu⁴³. A luta contra a globalização favoreceu em troca a internacionalização dos movimentos políticos e sociais contra a ideologia neoliberal e o surgimento de um movimento altermundialista, que tem apesar de tudo raízes ainda bastante locais⁴⁴.

A transformação das relações de força entre campos deve ser compreendida à luz não somente das lutas internas a cada um deles, além disso, no caso limite, de sua internacionalização (a importação do “*New Public Management*” na França, que subordinou o campo estatal ao campo econômico, é um exemplo paradigmático desse processo⁴⁵). Se o grau de internacionalização dos campos é variável (por exemplo, a literatura é menos internacionalizada que as artes plásticas ou a música;

de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2009, p. 227-252.

41 Sobre esses obstáculos, ver SAPIRO, Gisèle. “Introduction”. In: _____ (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 5-25.

42 WALLERSTEIN, Immanuel. *Comprendre le monde. Introduction à l'analyse des systèmes-monde*. Trad. Française. Paris: La Découverte, coll. << Grands Reperes Manuels >>, 2006, p. 136. Sobre as origens e difusão da noção de globalização, ver LECLER, Romain. “Itinéraire d'une notion”. In: *Sociologie de la mondialisation*. Paris: La Découverte, coll. << Reperes >>, 2013, p. 7-30.

43 BOURDIEU, Pierre. “Du champ national au champ international”. In: *Les Structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, coll. << Liber >>, 2000, p. 273-280.

44 SOMMIER, Isabelle et al. *Généalogie des mouvements altermondialistes em Europe. Une perspective comparée*. Paris: Karthala, 2008

45 BEZES, Philippe. État, experts et savoirs neo-managériaux. Les producteurs et diffuseurs du New Public Management en France depuis les années 1970. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 193, p. 16-37, juin, 2012.

as ciências humanas e sociais menos que as ciências naturais; o direito menos que a economia⁴⁶), é por diversas razões que são vinculadas às suas histórias, ao seu recrutamento social, assim como ao meio de expressão (imagens ou som versus linguagem) ou ao grau de formalização (matematização, modelização) e de standardização dos seus procedimentos. Inúmeros campos, tais como o campo acadêmico e o campo literário, são atravessados pela oposição entre nacional e internacional, em outras palavras, entre agentes voltados para a acumulação de poder simbólico no nível nacional e outros que o obtêm no nível internacional⁴⁷. Essas posições não tem nada de essencialistas. Podemos mesmo formular uma hipótese – ou predizer – que segundo a posição do país e do campo nacional considerado nas relações de força internacionais, os dominantes estarão mais no lado internacional, do que no lado nacional. Quanto mais um campo nacional ocupa uma posição dominada no espaço internacional, mais os seus dominantes tenderão a ocupar posições voltadas para o internacional (como as elites dos países do Leste europeu citados acima), e em consequência, serão capazes de impor os modelos importados de fora nos seus países (em razão do prestígio vinculado ao internacional). Ao inverso disso, quanto mais um campo nacional ocupa uma posição dominante no espaço internacional, como a literatura francesa e a filosofia alemã pelo seu passado, ou da sociologia americana hoje, mais seus dominantes se concentrarão na acumulação de capital simbólico no nível nacional – suficiente ou quase para lhes assegurar uma visibilidade internacional, dada a capacidade dos campos dominantes a se irradiar para além de suas fronteiras. Reveladores a esse respeito são as mudanças de estratégia dos agentes ou instituições dominantes inicialmente, focadas no espaço nacional, que, em um momento de declínio relativo da posição de seu campo nacional na cena internacional, se voltam para o novo centro desse espaço internacional (como por exemplo, a Sciences Po). No polo dominado, o recurso ao internacional é uma estratégia recorrente dos agentes para afirmar sua posição, como várias especialidades excluídas da universidade ou marginais em seu meio, tais como a estatística, a demografia em seus inícios e ainda a psicanálise, que invocaram modelos externos nas suas lutas por se institucionalizar como disciplinas acadêmicas. A teoria dos campos demonstra seu valor heurístico sublinhando as disputas próprias do espaço de recepção

46 GINGRAS, Yves. Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 141-142, mars, p. 31-45, 2002.

47 BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Paris: Minuit, coll. « Le sens commun », 1984. ; CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999.

para compreender os fenômenos de importação e de apropriação de modelos de produção estrangeiros, através do estudo dos usos que são feitos desses modelos⁴⁸.

No entanto, ainda que haja um nacionalismo de esquerda – em luta contra diferentes formas de dominação e/ou de imperialismo políticas, econômicas, sociais e culturais (por exemplo, o nacionalismo republicano francês da Revolução no começo da Terceira República, ou os nacionalismos galicistas ou quebequenses) – e um nacionalismo de direita – que exclui as minorias étnicas, os estrangeiros e visa afirmar sua superioridade sobre as outras nações, almejando até conquista-las –, há diferentes estratégias de internacionalização em função dos tipos de heteronomia político-estatais ou econômicas: assim, no polo mundano do campo intelectual, que é encarnado pelas academias (Academia Francesa, Academia de ciências morais e políticas, etc.) prevalece uma concepção estatal de internacionalismo, de acordo com a qual os produtores culturais e intelectuais são supostamente “representantes” de seu país de origem; no polo de grande produção, as multinacionais, que retraduzem as restrições do campo econômico globalizado no interior das indústrias culturais, tendem a “desnacionalizar” os produtos destinados à circulação mais ampla possível, e, portanto a mais indiferenciada. No polo de produção restrita ou no polo autônomo do campo, os agentes intervêm em seu próprio nome, sob o abrigo de seu capital simbólico específico, como ilustra o exemplo de colóquios e de congressos científicos internacionais; enfim, para os vanguardistas, que reagrupam os recém-chegados no polo temporalmente dominado do campo de produção cultural, a internacionalização durante muito tempo foi um meio de lutar contra os caminhos nacionais tradicionais de acumulação de capital simbólico (institucionalização, profissionalização, divisão do trabalho, separação das artes) e tomou comumente a forma politizada (algumas vezes se suavizando, como no caso dos surrealistas, até os movimentos políticos internacionais com os quais eles compartilharam essas características, como o comunismo, o trotskismo, o anarquismo).

MERCADOS, ESTADOS, CAMPOS: A GUERRA DAS FRONTEIRAS

A atração que os campos nacionais dominantes exercem sobre os outros contribui a borrar as fronteiras geográficas, ao mesmo tempo em que ela

48 BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 145, p. 3-8, décembre 2002. Para estudos de casos exemplares, ver MATONTI, Frederique. L'anneau de Moebius. La réception en France des formalistes russes. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 176-177, p. 52-67, mars, 2009. ; HAUCHECORNE, Mathieu. Le “professeur Rawls” et le “Nobel des pauvres”. La politisation différenciée des théories de la justice de John Rawls et Amartya Sen dans les années 1990 en France. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 176-177, p. 94-113, mars, 2009.; e POPA, Ioana. *Traduire sous contraintes. Littérature et communisme (1947-1989)*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture & société », 2010.

é uma fonte de renovação: pensemos em Beckett ou Ionesco, que transformaram o espaço dos possíveis do campo literário francês⁴⁹, ou nos *Subaltern Studies* que subverteram do interior os fundamentos da dominação ocidental (contribuindo a reforçar a hegemonia cultural americana, já que eles foram difundidos a partir de lá, enfraquecendo a posição da produção europeia na cena mundial).

Contudo, essa integração de elementos “estrangeiros” não é dada e regularmente provoca reações protecionistas: já evocamos as leis que interditam ou limitam o exercício de certas profissões aos estrangeiros. Nas profissões não organizadas, onde as barreiras à entrada não são controladas, a abertura do campo é objeto de tensões permanentes. Basta evocar os escândalos que emergiram quando da atribuição do prêmio Goncourt à René Maran pela *Batouala*, com o subtítulo *Véritable roman nègre*, em 1921, depois a atribuição ao escritor belga Charles Plisnier em 1937, e a uma escritora imigrante de origem russa e judia (a primeira mulher premiada), Elsa Triolet, em 1945; ou ainda pela eleição em 1982 para a Academia Francesa de Marguerite Yourcenar, escritora de origem belga, primeira mulher eleita, e depois pela escolha de Leopold Sedar Senghor que a sucedeu em 1983⁵⁰. A noção de “literatura francesa” é levada a englobar, na prática, as obras publicadas pelos editores franceses, marginalizando assim os seus pares de outros países francófonos. Note-se que mesmo as instâncias estatais dedicadas à proteção e ao desenvolvimento da cultura nacional acabam por reconhecer que a “literatura francesa” não é unicamente produzida por escritores de nacionalidade francesa: o decreto de nº 93-397 redefinindo as missões do Centro Nacional do Livro (CNL) em 1993, substituiu o termo “escritores franceses” por “escritores de língua francesa” no artigo 2 da lei de 11 de outubro de 1946, para designar as pessoas que poderiam beneficiar-se dos auxílios governamentais franceses. Isso se explica pela reorientação da política do CNL desde 1975 em direção ao apoio à edição (francesa) mais que aos escritores⁵¹, a qual pode ser vista como uma

49 Ver CASANOVA, Pascale. *Beckett, l'abstracteur. Anatomie d'une révolution littéraire*. Paris: Seuil, 1997.

50 Ver ROBICHON, Jacques. *Le Défi des Goncourt*. Paris: Denoel, 1975. ; SAPIRO, Gisèle. *La Guerre des écrivains, 1940-1953*. Paris: Fayard, 1999, p. 330- 331.. ASSOULINE, Pierre. *Du côté de chez Drouant. Cent dix ans de vie littéraire chez les Goncourt*. Paris: Gallimard/France Culture, 2013.; NAUDIER, Delphine. L'irrésistible élection de Marguerite Yourcenar a l'Académie française. *Cahiers du Genre*, 36, p. 45-67, 2004.; e, sobre as questões em torno da eleição de Senghor, DUCOURNAU, Claire. *Écrire, lire, élire l'Afrique : les mécanismes de réception et de consécration d'écrivains contemporains originaires de pays francophones d'Afrique subsaharienne*. Thèse de doctorat en sociologie. Paris: EHESS, 2012, p. 123-136.

51 Assim que o atesta a mudança de nome de « Centre national des lettres » (Centro Nacional de Letras) para « Centre national du livre » (Centro Nacional do Livro).

refração do domínio da produção cultural de subordinação crescente do campo político ao campo econômico.

Nos domínios em que o conhecimento profundo da língua é uma condição de entrada (literatura, ciências humanas e a maior parte das ciências sociais), dois tipos de fronteiras se superpõem sem que uma anule a outra: linguísticas e estatais. Se as zonas linguísticas formam um mercado onde os produtos e modelos circulam dos centros em direção às periferias (por exemplo, as regiões colonizadas ou sob hegemonia cultural), as fronteiras estatais constituem uma proteção para a produção local (aduaneira, proteção jurídica contra a falsificação, proteção dos títulos escolares), favorecendo a emergência de campos nacionais (pelas políticas de incentivo, ou de criação de instâncias tais quais as academias ou estabelecimentos de ensino superior e pesquisa). Assim, o desenvolvimento da edição estadunidense a partir do século XIX ou da edição quebequense desde 1945 tornou possível a autonomização de um campo literário nacional contra a dominação inglesa e francesa respectivamente. Mas essa condição necessária está longe de ser suficiente, como ilustra o caso belga: em realidade, à diferença do campo literário estadunidense que, desenvolvendo-se no século XIX, além de ter tido estruturas editoriais independentes, criou uma literatura própria emancipada dos modelos britânicos (emprestando principalmente formas bíblicas como em Walt Whitman e Emily Dickinson) e assim obteve sucesso na longa duração ao reverter a relação de força com a literatura inglesa nos anos 1960 (os fatores políticos e econômicos também ajudaram), os escritores valões, suíços, romanos e quebequenses viram sempre em Paris o lugar de consagração supremo. Assim explica Pierre Bourdieu: “Tudo se passa como se todo escritor de nacionalidade belga (como todo escritor francês de origem provinciana) balançasse entre duas estratégias, portanto duas identidades literárias, uma estratégia de identificação à literatura dominante e uma estratégia de pertencimento ao mercado nacional e de reivindicação da identidade belga⁵²”. O caso belga, suíço e quebequense, como os casos das literaturas africanas⁵³, provam assim que as fronteiras dos campos não são necessariamente

52 BOURDIEU, Pierre. Existe-t-il une littérature belge? Limites d'un champ et frontières politiques. *Études de lettres*, vol. 3, p. 3, 1985. Sobre o caso belga, ver também ARON, Paul. “La littérature en Belgique francophone de 1930-1960 : débats et problèmes autour d'un “sous-champ””. In: EINFALT, Michael, et. Al. (eds).. *Intellektuelle Redlichkeit – Intégrité intellectuelle. Literatur – Geschichte – Kultur. Festschrift für Joseph Jurt*. Heidelberg, Universitätsverlag, 2005, p. 417-428. Sobre as dificuldades enfrentadas pelos escritores francófonos para se integrar ao campo literário francês, ver o caso de Ramuz estudado por MEIZOZ, Jerome. *Ramuz. Un passager clandestin des Lettres françaises*. Geneve: Ed. Zoe, 1997.

53 Ver FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). *Les Champs littéraires africains*. Paris: Karthala, 2001. (e principalmente, nesse volume, a discussão da pertinência do conceito de campo por MOURALIS, Bernard. “Pertinence de la notion de champ littéraire en littérature africaine”.

estatais e que as fronteiras linguísticas podem ser mais relevantes, circunscrevendo imediatamente um público potencial⁵⁴: a fronteira entre os espaços literários valão e flamengo é mais estanque que em relação ao campo francês e holandês respectivamente; a situação é comparável para Québec, mesmo se, por uma inversão do movimento histórico que a conduziu a se orientar em direção ao campo literário francês, uma das estratégias da literatura quebequense para se autonomizar hoje consista em virar para o lado da literatura canadense de língua inglesa, a qual se posiciona, quanto àquela, em relação à literatura americana (o Canadá constitui, além disso, uma alternativa importante para a produção literária estadunidense). Alguns editores quebequenses adotam assim estratégias para contornar o centro por meio de alianças com os editores francófonos de outros países, principalmente africanos, em torno de projetos de coedição⁵⁵.

As fronteiras nacionais, que durante longo tempo não foram levadas em conta pela história literária, escondem assim uma forte centralização da vida cultural em torno de certas cidades, em particular a capital no caso francês, onde o grau de concentração é bem mais elevado do que nos Estados Unidos ou na Alemanha (o que não significa que a cidade deva ser uma unidade de observação privilegiada para a observação dos campos de produção cultural; ela pode sê-lo, por outro lado, para os fenômenos de circulação de produtos culturais, em função da localização das instâncias de difusão como as editoras ou as galerias de arte⁵⁶). Essa concentração induz fenômenos de relegação a segundo plano das províncias, destinadas a ser periferias das zonas culturais, voltadas a uma identidade regional⁵⁷, enquanto que os centros detêm o poder de universalização. As tentativas de revalorização da produção cultural regional em nível internacional – onde ela estava até então condenada à invisibilidade – são igualmente geradoras de escândalos, como aquele provocado pelo convite à Catalunha para a Feira do livro de Frankfurt em 2007: os

FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). *Les Champs littéraires africains*. Paris: Karthala, 2001, p. 57-71.) ; LÜSEBRINK, Hans-Jürgen; STADTLER, Katharina (dir.). *Les Littératures africaines de langue française à l'époque de la postmodernité. État des lieux et perspectives de la recherche*. Oberhausen: Athena, 2004. ; e DUCOURNAU, Claire. *Écrire, lire, élire l'Afrique : les mécanismes de réception et de consécration d'écrivains contemporains originaires de pays francophones d'Afrique subsaharienne*. Thèse de doctorat en sociologie. Paris: EHESS, 2012, p. 123-136.

54 GAUVIN, Lise. *Écrire, pour qui ? L'écrivain francophone et ses publics*. Paris: Karthala, 2007.

55 Ver DORE, Martin. "Stratégies editoriales et marché international : le cas d'un éditeur canadien francophone, Hurtubise HM". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). (2009), *Les Contradictions de la globalisation éditoriale*. Paris: Nouveau Monde, 2009.

56 Para o exemplo dos fluxos de tradução, ver SAPIRO, Gisèle. *Les traductions littéraires entre Paris et New York à l'ère de la globalisation*. Étude réalisée dans le cadre d'une convention avec le MOTif (Observatoire du livre et de l'écrit en Ile-de-France), CESSP, avril 2010 (http://www.lemotif.fr/fichier/motif_fichier/143/fichier_fichier_syntha.se.paris.new.york.paris.pdf).

57 Como mostrou THIESSE, Anne-Marie. *Écrire la France. Le mouvement régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris: PUF, 1991.

organizadores da feira foram admoestados por favorecerem o nacionalismo catalão convidando somente escritores que escreviam em catalão e não os escritores que escreviam em castelhano, mas que viviam também na Catalunha. Essas polêmicas revelam a tensão entre diferentes tipos de fronteiras, linguísticas, nacionais e territoriais, que não se anulam entre si, fato que a construção dos Estados-nação ocultou.

A lógica do mercado se confrontou cada vez mais com a estatal, que se transformou, através das políticas de incentivo, em garantia de autonomia relativa dos campos de produção cultural diante do mercado. No domínio das indústrias culturais, a globalização é traduzida em primeiro lugar por uma acentuação das restrições propriamente comerciais, através da aceleração do processo de concentração e de fusão-aquisição e internacionalização de grandes grupos. Ela gerou protestos do lado dos representantes do polo de difusão restrita, que denunciaram os riscos de padronização dos produtos culturais contra a qualidade, originalidade e inovação⁵⁸. De seu lado, os representantes do polo de grande difusão fazem valer, contra o que eles consideram como uma posição elitista, as preferências do público, o qual a satisfação, mensurável pelas vendas, deveria sobressair sobre qualquer outro critério, e eles denunciam políticas de apoio estatal como formas de monopólio que atrapalham a concorrência entre os produtos (no domínio do cinema e do livro isso se acentua).

Esses debates se inscrevem no contexto das negociações do GATT-OMC e das polêmicas em torno da “exceção cultural”. As negociações iniciadas em 1986 no quadro da rodada do Uruguai discutiam a extensão da liberalização dos intercâmbios de comércio de serviços (GATS), os quais incluíam bens imateriais ou não corpóreos, e, fundamentalmente, os produtos culturais. O debate versava principalmente sobre o audiovisual, que a delegação estadunidense queria inscrever na lista de produtos submetidos ao livre comércio, o que implicaria o abandono dos sistemas de incentivo às produções nacionais. Essa demanda provocou uma viva reação de países como a França, conduzindo o Parlamento europeu a adotar, em 1993, uma resolução de adesão à “exceção cultural”, de acordo com a qual os bens culturais não são mercadorias como as outras e devem gozar de um estatuto à parte conferindo-lhes direitos a incentivos públicos⁵⁹. Criticada pelo seu caráter

58 Ver por exemplo, no domínio do livro, SCHIFFRIN, Andre. *L'Édition sans éditeurs*. Paris: La Fabrique, 1999. e SCHIFFRIN, Andre. *Le Contrôle de la parole. L'édition sans éditeur, suite*. Paris: La Fabrique, 2005. ; ALBERTO, Roland et al.. *Le Livre : que faire ?*. Paris: La Fabrique, 2008. ; VIGNE, Éric. *Le Livre et l'éditeur*. Paris: Klincksieck, 2008.

59 GOURNAY, Bernard. *Exception culturelle et mondialisation*. Paris: Presses de Sciences Po, coll. « La bibliothèque du citoyen », 2002.; REGOURD, Serge. *L'Exception culturelle*. Paris: PUF, coll.

defensivo, protecionista, elitista e eurocêntrico (ela privilegiava a proteção das obras culturais consagradas pela tradição ocidental, em detrimento de outras culturas nacionais ou regionais), a noção de “exceção cultural” foi trocada, sob a égide da UNESCO, pela de “diversidade cultural”, que fazia referência ao conjunto do sistema de valores e práticas de diferentes sociedades, conforme a definição antropológica da noção de cultura.

Adotada em 1999 pelos ministros da Cultura reunidos na UNESCO, esse princípio foi reconhecido no ano seguinte pelos chefes de Estado e de governos membros do G8 reunidos no encontro de Okinawa (Japão) como “fonte de dinamismo social e econômico que pode enriquecer a vida humana no século XIX suscitando a criatividade e estimulando a inovação”, e o que implica “a diversidade na expressão linguística e criativa”. A declaração da UNESCO sobre a diversidade cultural foi adotada em setembro de 2001. Ela estipula que a diversidade cultural, fator de desenvolvimento (econômico, sobretudo) “constitui patrimônio comum da humanidade”. Negando a capacidade das forças de mercado de preservá-la, ela reivindica o reconhecimento da especificidade dos bens e serviços culturais “por que eles são portadores de identidade, de valores e de sentido”, e que eles não devem por consequência ser considerados como uma mercadoria como outras. Em seguida a essa Declaração, a elaboração da Convenção sobre a diversidade cultural no seio da UNESCO, visando harmonizar os dispositivos de proteção dos bens e serviços culturais em nível internacional, foi promovida na 32ª sessão da Conferência geral em outubro de 2003 e adotada em outubro de 2005⁶⁰.

Constituída em referencial das políticas culturais (que precisaram da construção de indicadores⁶¹), a noção de diversidade rapidamente conheceu repercussões nos meios culturais, ou foi posta em oposição à de padronização: em 2006, a Aliança dos editores independentes por outra globalização lançou um apelo a favor da bibliodiversidade⁶². No entanto, essa noção igualmente foi reapropriada

« Que sais-je ? », 2002.

60 REGOURD, Serge. (dir.), *De l'exception à la diversité culturelle*. Paris: La Documentation française, 2004 ; LUIS FAJARDO, Luis Mauricio Bustamante. *L'adoption de la diversité culturelle à l'UNESCO. Analyse sociologique d'une stratégie de légitimation culturelle*. Mémoire de Master 2 en sociologie, sous la direction de Gisèle Sapiro. Paris: EHESS, 2007.

61 O Ministério francês da cultura, por exemplo, financia uma pesquisa sobre a diversidade nos diferentes ramos das indústrias culturais e da comunicação: BOUQUILLION, Philippe (dir.). *Rapport sur la diversité culturelle et les nouvelles technologies – filière audiovisuelle, département des Etudes, de la Prospective et des Statistiques du ministère de la Culture.. 2007*.

62 COLLECTIF. *Des paroles et des actes pour la bibliodiversité*. Paris: Alliance des éditeurs indépendants, 2005.

pelo polo de grande produção e pelas multinacionais que fazem da hibridação de culturas um meio de diversificação de produtos, embaçando os princípios de oposição com o polo de produção restrita.

A noção de diversidade subjaz, também as categorias de “*World Music*” e de “*World fiction*”, que foram impostas desde os anos 1980 no mundo anglo-americano para designar as produções advindas de culturas não ocidentais e da periferia do mercado de bens simbólicos. As mesmas foram traduzidas em francês, em primeiro lugar, por expressões como “*musiques du monde*”, depois “*musiques actuelles*”, e também com a de “*littérature monde en français*”. Como a expressão “*musiques actuelles*”, “*cinémas du monde*” tornou-se, na França, uma categoria de intervenção pública visando favorecer a diversidade cultural para contrastar com a acachapante dominação do cinema americano (a política de apoio a tradução de obras contemporâneas de literatura estrangeira, implantada em 1989, é ainda outra ação visando o fortalecimento da diversidade cultural nos domínios do livro). A produção estadunidense domina na verdade no polo comercial do mercado mundial de bens simbólicos, em todas as indústrias culturais: cinema, disco e também livro (a maioria das traduções de *best-sellers* ou de livros pertencentes a gêneros mais comerciais como o romance sentimental provêm do inglês, e particularmente dos Estados Unidos; essas traduções entram em concorrência não somente com outras línguas, fracamente representadas nesse polo, como ocorre, inversamente, no polo de produção restrita onde a diversidade linguística conforme a língua de origem tende a ser máxima, mas também em relação com a produção local⁶³). As políticas culturais visam contrabalançar essa dominação, mas carregam em si uma face dupla: entre o protecionismo do mercado nacional e o incentivo ao polo de produção restrita.

Na primeira prevalece o incentivo sem julgamento da qualidade da obra: no domínio do cinema, por exemplo, isso se dá com a política de apoio automático ao cinema nacional em função de seu desempenho histórico, que permitiu a imposição do cinema francês face ao cinema americano (enquanto que em 2001, 73% dos filmes repertoriados no *box-office* dos quinze países europeus eram americanos); no domínio do livro, houve vantagens fiscais, empréstimos sem cobrança de juros, subvenções, direitos de empréstimo, regime de proteção social assimilado aos assalariados. Na segunda impõe-se um incentivo baseado

63 SAPIRO, Gisèle. (dir.). *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture et société », 2008.

em procedimento de seleção e de apreciação qualitativa: uma instância coletiva, composta de pessoas qualificadas, deve estabelecer uma classificação com toda independência e dar seu julgamento artístico, sobre qual critério artístico deve ser levado primeiro em consideração; por exemplo, no domínio do livro, as comissões do Centro nacional do livro na França ou as bolsas destinadas a “jovens talentos” na Suécia, nos Países Baixos, ou no Canadá; no domínio do cinema, as comissões do CNC (instituído sob a autoridade de André Malraux, esse apoio seletivo no setor do cinema consiste em auxílio na forma de subvenção, os empréstimos somente são reembolsados na medida em que as receitas do filme permitirem a quitação); nos Estados Unidos onde existe também um polo de produção restrita em todos os setores (e, por conseguinte nos campos), o *National Endowment for the Arts*, criado em 1965 e financiado por um orçamento federal é a instância que efetua o trabalho de seleção.

Do ponto de vista das fronteiras, as políticas têm também uma dupla face: de um lado, elas mantêm (muitas vezes artificialmente) uma relativa autonomia dos mercados nacionais inseridos no mercado mundial de bens simbólicos; de outro lado, elas favorecem a formação e permanência de um polo de produção restrita desse mesmo mercado (ou seja, um campo relativamente autônomo). Todavia, à medida que os incentivos públicos ou privados (mecenato, fundações filantrópicas) constituem uma condição da sobrevivência dos campos de produção cultural, a tendência das políticas culturais é a de integrar cada vez mais as lógicas do mercado (tornado um referencial para essas políticas) arriscando conduzir ao sacrifício as produções mais inovadoras.

AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DE CAMPOS TRANSNACIONAIS

A existência de instâncias de consagração específicas diferencia o campo de um mercado; elas não se confundem nem com as instâncias próprias ao mercado (como as feiras), nem com as instituições nacionais tais como a Academia Francesa, que, sempre buscando o exercício de um poder temporal sobre aqueles que são seus membros, pode se beneficiar de um fraco reconhecimento simbólico, no polo mais autônomo do campo, onde “é melhor ser publicado pela editora Minuit que ser publicado pela Academia Francesa”, como resume Pierre Bourdieu⁶⁴ (mesmo se historicamente a Academia Francesa contribuiu para a autonomização do campo

64 BOURDIEU, Pierre. *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2000^a, p.64.

literário francês⁶⁵). Assim, a existência de instâncias específicas internacionais (como o prêmio Nobel de literatura e o PEN Clube), supranacionais (como as revistas e associações europeias de ciências sociais⁶⁶) ou transnacionais (como os colóquios e congressos científicos ou os festivais) constitui um indicador da formação de espaços supranacionais que permanecem, todavia, mais frequentemente dependentes dos campos nacionais e das relações de força entre eles (sem dúvida por falta de uma instância supranacional estatal suficientemente poderosa para lhes transcender).

O espaço de recepção das revoluções simbólicas é igualmente um indicador de existência de um campo transnacional, que permite situá-lo no espaço e no tempo: esse espaço pode ser observado há muito tempo não somente nos universos onde a circulação não é constrangida pela língua (como a arte pictórica, a música instrumental, ou as ciências mais formalizadas), mas também no caso da literatura e das ciências humanas, apesar do obstáculo linguístico, e também, no caso intermediário do cinema⁶⁷. Certamente, além das defasagens temporais (que os meios tecnológicos permitem reduzir), essa circulação e, por consequência, as chances de acesso à visibilidade internacional, são largamente determinadas pelas relações de força internacionais: testemunha disso são as desigualdades entre línguas e países no mercado mundial da tradução (o inglês chegando sempre em primeiro lugar, inclusive no polo de produção restrita)⁶⁸, ou entre países no mercado da arte contemporânea, mercado globalizado e relativamente desnacionalizado, no qual

65 Como mostrou VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris: Minuit, coll. «Le sens commun», 1985. Sobre a evolução da posição da Academia francesa desde o século XIX, ver CHARLE, Christophe. *Naissance des << intellectuels >> 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990. et; SAPIRO, Gisèle. *La Guerre des écrivains, 1940-1953*. Paris: Fayard, 1999, chap. 4.

66 Sobre as condições de formação de um espaço europeu das ciências sociais, ver HEILBRON, Johan. The social sciences as an emerging global field. *Current Sociology*, 10, 2013. ; sobre o caso da sociologia, HEILBRON, Johan. “La sociologie européenne existe-t-elle?”. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009c, p. 347-358.

67 HEILBRON, Johan. Échanges culturels transnationaux et mondialisation : quelques réflexions. *Regards sociologiques*, 22, p. 141-154, 2002. ; Sobre a literatura, ver CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999.

68 HEILBRON, Johan. Towards a sociology of translation. Book translations as a cultural world system. *European Journal of Social Theory*, 2(4), p. 429-444, 1999. , trad. française, “Le système mondial des traductions”. In: Sapiro, Gisèle (dir.), *Les Contradictions de la globalisation éditoriale*, Paris: Nouveau Monde, p. 253-274 ; e SAPIRO, Gisèle. (dir.). *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture et société », 2008. É significativo sobre essa relação, que as literaturas periféricas que conseguiram alcançar certa visibilidade na cena internacional nesse período da globalização, como a literatura holandesa e a israelita (em hebreu moderno), foram fortemente apoiada por uma política estatal ajustada ao mercado mundial da tradução (ver as contribuições de J. Heilbron et G. Sapiro em *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture et société », 2008, chap. 11 et 14).

a pretensão universalista esconde as hierarquias implícitas entre os países onde se concentram as galerias mais dotadas em capital simbólico, a saber, os Estados Unidos e a Alemanha⁶⁹. Assim, os bens simbólicos circulam principalmente do centro para a periferia no polo de produção restrita desse mercado mundial, mas a capacidade dos centros de apropriação das invenções e inovações produzidas na periferia, de um lado, e a autonomia relativa dessas circulações em relação ao fluxo global e as lógicas de mercado, de outro, atestam a existência de campos de escala transnacional (por exemplo, enquanto a maior parte de títulos traduzidos em francês no setor de ciências humanas e sociais entre 1985 e 1992 provinha do inglês, para as obras de filosofia, o alemão ficava em primeiro lugar, signo do capital simbólico acumulado pela tradição filosófica alemã e do fraco reconhecimento que gozava a filosofia americana na França⁷⁰).

Outro indicador de emergência desses espaços: as redes e as colaborações científicas, que podem ser medidas pela publicação de artigos em parceria: Yves Gingras e Johan Heilbron mostram assim, em uma pesquisa sobre a evolução das publicações científicas em ciências sociais e humanas escritas em colaboração internacional por pesquisadores de variados países europeus, modalidade incrementada no período da globalização, dentro e fora da Europa⁷¹. Dessa pesquisa, que isola um subconjunto de revistas europeias comparando-as às revistas nacionais e internacionais, conclui-se que se a tendência à internacionalização, variável de acordo com as diferentes disciplinas, aumentou no nível intra-europeu (sem dúvida favorecida pelos programas colaborativos colocados em prática pela União Europeia), são as colaborações com pesquisadores americanos que prevalecem, prova da posição dominante destes últimos no espaço internacional das ciências sociais. Os resultados obtidos levam os autores a pensar, contudo, que uma boa parte da produção das ciências sociais permanecerá local e nacional, em razão de sua indexação espaço-temporal.

69 Ver QUEMIN, Alain. *L'Art contemporain international. Entre les institutions et le marché*. Paris: Jacqueline Chambon/Artprice, 2002. ; QUEMIN, Alain. *Les Stars de l'art contemporain*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture & société », 2013.

70 Ver SAPIRO, Gisèle; POPA, Ioana. “Traduire les sciences humaines et sociales : logiques éditoriales et enjeux scientifiques”. In: SAPIRO, Gisèle. *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture et société », 2008, chap. 5. ; PUDAL, Romain. “La philosophie peut-elle être américaine? Les obstacles à l'importation du pragmatisme en France”. In: SAPIRO, Gisèle. *Traduire la littérature et les sciences humaines : conditions et obstacles*. Paris: DEPS (ministère de la Culture), 2012, p. 321-342.

71 GINGRAS, YVES; HEILBRON, JOHAN. “L'internationalisation de la recherche en sciences sociales et humaines en Europe (1980-2006)”. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 359-390.

Assim o enraizamento nacional dos campos é um fato histórico que podemos datar e que não tem nada de universal nem de inelutável, mesmo se as evoluções recentes mostram a força de resistência dessa ancoragem tanto na prática quanto nas representações: os Estados-nação continuam a jogar um papel importante nos mercados de bens culturais globalizados em diferentes níveis (no superior pela formação educacional, para além pelas políticas de incentivo e os diversos auxílios), e em inúmeros campos, a ficção estabelecida das identidades nacionais continua enquadrando a percepção desses bens: é claramente o caso da literatura ou das noções de “literatura francesa”, “literatura americana”, “literatura italiana”, que continuam a prevalecer, ocorrendo o mesmo com grande número de disciplinas como a filosofia (“alemã”, “francesa”), a sociologia (“americana”, “francesa”), e mesmo a matemática (“americana”, “francesa”); o que mascara, entretanto, sua heterogeneidade (aí compreendido o ponto de vista das origens geográficas⁷²) e o fato de que o espaço dos possíveis está longe de ser circunscrito ao território nacional. Entretanto, como vimos, essa ancoragem há muito esconde a história transnacional que subjaz a formação desses campos nacionais, assim como os intercâmbios que contribuíram à sua evolução e as diversas formas de extensão ou de reconfiguração espacial que conheceram (especialmente através do colonialismo ou dos fenômenos de hegemonia e de lutas que os engendraram). Os diferentes modos de internacionalização que observamos hoje devem ser restituídos nesta história de longa duração da formação dos Estados-nação e das relações de força entre eles, do colonialismo e das ideologias internacionalistas, que contribuíram à reconfiguração das fronteiras geográficas dos campos⁷³. É necessário também levar em conta os fenômenos de imbricação entre campos e mercados, de um lado, entre subcampos e campos de outro (como as especialidades no seio de campos disciplinares ou profissionais), assim como as relações de dependência entre os campos nacionais (por exemplo, o campo literário belga em relação ao campo literário francês) ou entre os diferentes campos (como o exemplo citado dos campos político e econômico). Se as lógicas de expansão dos mercados são um fator de internacionalização que favorece a circulação e os intercâmbios (e sua

72 Assim, os escritores publicados por um editor francês que tiveram ao menos um livro traduzido do francês ao inglês e publicado nos Estados Unidos entre 1990 e 2003, pertencem a mais ou menos 30 nacionalidades diferentes (mesmo se sua representação é desigual, três quartos dos títulos traduzidos provêm de um autor de nacionalidade francesa). SAPIRO, Gisèle. *Les traductions littéraires entre Paris et New York à l'ère de la globalisation*, étude citée.

73 Ver Go, Julian. Global fields and imperial forms. *Sociological Theory*, 26(3), p. 201-229, 2008; e o número “Bourdieu and the international”, *International Political Sociology*, 5(3), 2011. Ver SAPIRO, Gisèle. Globalization and cultural diversity in the book market: the case of translations in the US and in France. *Poetics*, 38(4), p. 419-439, 2010.

sincronização crescente), elas podem também ser um fator de heteronomia, necessitando de estratégias de resistência para defender a autonomia dos campos, que se desenvolvem em escala local como os de nível internacional ou transnacional (como, por exemplo, a mobilização do PEN Clube para apoiar a tradução contra a dominação do inglês⁷⁴). A internacionalização das estratégias e lutas em defesa da autonomia é uma das alavancas da emergência de campos transnacionais, com a criação de instâncias específicas, a extensão do espaço de recepção, e a formação de redes mais ou menos informais dando lugar a colaborações e a trocas.

Devemos reivindicar, enfim, o banimento do método comparativo? Certamente não, contanto que seja praticado um comparatismo estrutural – ou seja, fundado sobre princípios de homologias estruturais entre espaços sociais e campos, mas também sobre os princípios de diferenciação próprios a cada sociedade⁷⁵ –, que leve em conta os intercâmbios, as relações de força e as relações de dependência e de imbricação, quer se trate da comparação entre espaços (entre campos nacionais ou supranacionais) ou entre períodos (entre diferentes estados de um mesmo campo)⁷⁶ – o que permite o conceito abstrato de campo. E os efeitos de defasagem temporais induzidos pela circulação de modelos (entre diferentes países ou entre diferentes campos – por exemplo, o modelo de organização profissional) lembram que contemporaneidade não é sinônimo de sincronia e que a força heurística do conceito de campo não reside tanto na sua definição espacial, para além de suas próprias propriedades relacionais e dinâmicas, quanto na sua historicidade e temporalidade própria (fundamentos que ele supõe).

74 Como o explica Pierre Bourdieu a propósito do modelo de análise de *La Distinction* na ocasião de uma conferência no Japão em 1989: esse modelo permite << recuperar as diferenças reais que separam tanto as estruturas quanto as disposições (os *habitus*) e o qual se deve procurar o princípio [...] nas particularidades das *histórias coletivas* diferentes >>. A capacidade de transposição do modelo no espaço e no tempo está ligada a seu caráter relacional: a posição das práticas culturais no espaço social não resulta de propriedades que lhes são inerentes, mas de seus usos pelos grupos sociais como maneira de se distinguir ou de se diferenciar em relação a outras práticas. É porque << a comparação só é possível *de sistema a sistema* >>; BOURDIEU, Pierre. “Espace social et espace symbolique”. In: _____. *Raisons pratiques*. Paris: Seuil, 1994, p. 17 et 19-20.

75 CHARLE, Christophe. *Les Intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'histoire comparée*. Paris: Seuil, 1996. ; BOSCHETTI, Anna. “Pour un comparatisme réflexif”. In: _____ (dir.). *L'Espace culturel transnational*. Paris: Nouveau Monde, 2010.; SAPIRO, Gisèle. “Comparaison et échanges culturels : le cas des traductions”. In: COLLECTIF. *Faire des sciences sociales*. vol. 2, *Comparer*. Paris: Ed. de l'EHESS, 2012, p. 193-221. ; VAUCHEZ, Antoine. Le prisme circulatoire. Retour sur un leitmotiv académique. *Critique internationale*, 59, p. 9-16, 2013.

76 BOURDIEU, Pierre. “Le moment critique”. In: _____. *Homo academicus*, Paris: Minuit, coll. << Le sens commun >>, 1984, chap. 5.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, Andrew. *The System of Professions. An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1988.
- ALBERTO, Roland et al.. *Le Livre : que faire ?*. Paris: La Fabrique, 2008.
- ARON, Paul. “La littérature en Belgique francophone de 1930-1960 : débats et problèmes autour d’un “sous-champ””. In: EINFALT, Michael, et. Al. (eds).. *Intellektuelle Redlichkeit – Intégrité intellectuelle. Literatur – Geschichte – Kultur. Festschrift für Joseph Jurt*. Heidelberg, Universitätsverlag, 2005, p. 417-428.
- ASSOULINE, Pierre. *Du côté de chez Drouant. Cent dix ans de vie littéraire chez les Goncourt*. Paris: Gallimard/France Culture, 2013.
- BEZES, Philippe. État, experts et savoirs neo-managériaux. Les producteurs et diffuseurs du New Public Management en France depuis les années 1970. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 193, p. 16-37, juin, 2012.
- BOUQUILLION, Philippe (dir.). *Rapport sur la diversité culturelle et les nouvelles technologies – filière audiovisuelle, département des Etudes, de la Prospective et des Statistiques du ministère de la Culture.. 2007*.
- BOURDIEU, Pierre. Genèse et structure du champ religieux. *Revue française de sociologie*. 12(3), p. 295-334, 1971a.
- _____. Une interpretation de la théorie de la religion selon Max Weber, *European Journal of Sociology*, 12, p. 3-21, 1971b.
- _____. Le marché des biens symboliques. *L’Année sociologique*, 22, p. 49-126, 1971c.
- _____. *Homo academicus*. Paris: Minuit, coll. << Le sens commun >>, 1984.
- _____. Effet de champ et effet de corps. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 59, p. 73, 1985a.
- _____. Existe-t-il une littérature belge? Limites d’un champ et frontières politiques. *Études de lettres*, vol. 3, p. 3, 1985b.
- _____. *Les Règles de l’art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.
- _____. “Espace social et espace symbolique”. In: _____. *Raisons pratiques*. Paris: Seuil, p. 17 et 19-20, 1994.
- _____. Le fonctionnement du champ intellectuel. *Regards sociologiques*, 17-18, p. 11, 1999.
- _____. *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2000a.
- _____. “Du champ national au champ international”. In: _____. *Les Structures sociales de l’économie*. Paris: Seuil, coll. << Liber >>, 2000b, p. 273-280.
- _____. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche em sciences sociales*, 145, decembre, p. 3-8, 2002.

- _____. *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2012.
- _____. *Manet. Une révolution symbolique*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2013.
- BOSCHETTI, Anna. "Pour un comparatisme réflexif". In: _____ (dir.). *L'Espace culturel transnational*. Paris: Nouveau Monde, 2010.
- CASANOVA, Pascale. *Beckett, l'abstracteur. Anatomie d'une révolution littéraire*. Paris: Seuil, 1997.
- _____. *La République mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999.
- _____. (dir.). *Des littératures combatives. L'internationale des nationalismes littéraires*. Paris: Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2011.
- CHARLE, Christophe. *Naissance des << intellectuels >> 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990.
- _____. *Les Intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'histoire comparée*. Paris: Seuil, 1996.
- CHARTIER, Roger. *Les Origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Seuil, 1990, rééd. « Points », p. 220 sq, 2000.
- COCKS, Geoffrey; JARAUSCH, Konrad. *German Professions, 1800-1950*. New York: Oxford University Press, 1990.
- DORE, Martin. "Stratégies éditoriales et marché international : le cas d'un éditeur canadien francophone, Hurtubise HM". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). (2009), *Les Contradictions de la globalisation éditoriale*. Paris: Nouveau Monde, 2009.
- DUBOIS, Vincent. *La Politique culturelle. Genèse d'une catégorie d'intervention publique*. Paris: Belin, 1999.
- DUCOURNAU, Claire. *Écrire, lire, élire l'Afrique : les mécanismes de réception et de consécration d'écrivains contemporains originaires de pays francophones d'Afrique subsaharienne*. Thèse de doctorat en sociologie. Paris: EHESS, 2012, p. 123-136.
- DULONG, Delphine. *La Construction du champ politique*. Paris: Presses universitaires de Rennes, 2010.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Russian and Hebrew: the case of a dependente polysystem. *Poetics Today*, 11(1), p. 97-110, 1990.
- FABIANI, Jean-Louis. *Les Philosophes de la République*. Paris: Minuit, coll. « Le sens commun », 1988.
- FAJARDO, Luis Mauricio Bustamante. *L'adoption de la diversité culturelle a l'UNESCO. Analyse sociologique d'une stratégie de légitimation culturelle*. Mémoire de Master 2 en sociologie, sous la direction de Gisèle Sapiro. Paris: EHESS, 2007.
- FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). *Les Champs littéraires africains*. Paris: Karthala, 2001.

- FULCHER, Jane F. *The Composer as Intellectual. Music and Ideology in France (1914-1940)*. New York: Oxford University Press, 2005.
- GAUVIN, Lise. *Écrire, pour qui ? L'écrivain francophone et ses publics*. Paris: Karthala, 2007.
- GELLNER, Ernst. *Nations et nationalisme*. Trad. Française. Paris: Payot, 1989.
- GEORGAKAKIS, Didier (dir.). *Le Champ de l'Eurocratie. Une sociologie politique du personnel de l'EU*. Paris: Economica, coll. « Études politiques », 2012.
- GINGRAS, Yves. Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 141-142, mars, p. 31-45, 2002.
- GINGRAS, Yves; HEILBRON, Johan. "L'internationalisation de la recherche en sciences sociales et humaines en Europe (1980-2006)". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 359-390.
- GO, Julian. Global fields and imperial forms. *Sociological Theory*, 26(3), p. 201-229, 2008.
- GOLDSTEIN, Jan. "Moral contagion": a professional ideology of medicine and psychiatry in eighteenth- and nineteenth-century France". In: GEISON, Gerald L.. *Professions and the French State 1700-1900*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1984, p. 181-222.
- GOURNAY, Bernard. *Exception culturelle et mondialisation*. Paris: Presses de Sciences Po, coll. « La bibliothèque du citoyen », 2002.
- HAUCHECORNE, Mathieu. Le "professeur Rawls" et le "Nobel des pauvres". La politisation différenciée des théories de la justice de John Rawls et Amartya Sen dans les années 1990 en France. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 176-177, p. 94-113, mars, 2009.
- HEILBRON, Johan. Towards a sociology of translation. Book translations as a cultural world system. *European Journal of Social Theory*, 2(4), p. 429-444, 1999.
- _____. Échanges culturels transnationaux et mondialisation : quelques réflexions. *Regards sociologiques*, 22, p. 141-154, 2002.
- _____. "Le système mondial des traductions". In: Sapiro, Gisèle (dir.), *Les Contradictions de la globalisation éditoriale* Paris: Nouveau Monde, 2009a, p. 253-274.
- _____. "Repenser la question des traditions nationales en sciences sociales". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009b, p. 301-318.
- _____. "La sociologie européenne existe-elle ?". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009c, p. 347-358.
- _____. The social sciences as an emerging global field. *Current Sociology*, 10, 2013.

- HEILBRON, Johan et al. (2009). "Internationalisation des sciences sociales: les leçons d'une histoire transnationale". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 319-346.
- HENRY, Odile. *Les Guérisseurs de l'économie. Sociogenèse du métier d'ingénieur-conseil*. Paris: CNRS Éd., 2013.
- HENRY, Odile; PIERRU, Frédéric. Le conseil de l'État. Expertise privée et réforme des services publics. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 193, juin, 2012.
- JEANPIERRE, Laurent. Une opposition structurante pour l'anthropologie structurale : Lévi-Strauss contre Gurvitch, la guerre de deux exilés français aux Etats-Unis. *Revue d'Histoire des sciences humaines*, 11, p. 13-43, 2004.
- JOUHAUD, Christian. *Les Pouvoirs de la littérature. Histoire d'un paradoxe*. Paris: Gallimard, coll. « NRF Essais », 2000.
- KARADY, Victor. "L'émergence d'un espace européen des connaissances sur l'homme em société: cadres institutionnels et démographiques". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 43-68.
- KARPIK, Lucien. *Les Avocats. Entre l'État, le public et le marché. XIIIe-XXe siècle*. Paris: Gallimard, 1995.
- KELLER, Ursulla; RAKUSA, Ilma (Dir.). *Writing Europe. What is European about the Literatures of Europe? Essays from 33 European Countries*. Budapest/ New York: CEU Press, 2004.
- LEBARON, Frederic. *La Croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris: Seuil, coll. « Liber », 2000.
- LECLER, Romain. "Itinéraire d'une notion". In: *Sociologie de la mondialisation*. Paris: La Découverte, coll. « Reperes », 2013, p. 7-30.
- LÜSEBRINK, Hans-Jürgen; STADTLER, Katharina (dir.). *Les Littératures africaines de langue française à l'époque de la postmodernité. État des lieux et perspectives de la recherche*. Oberhausen: Athena, 2004.
- MALELA, Buata B. *Les Écrivains afro-antillais à Paris (1920-1960)*. Paris: Karthala, 2008.
- MALATESTA, Maria (ed.). *Society and Professions in Italy, 1860-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MASSEAU, Didier. *L'Invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIIIe siècle*. Paris: PUF, 1994.
- MATONTI, Frederique. L'anneau de Moebius. La réception em France des formalistes russes. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 176-177, p. 52-67, mars, 2009.

- McCLELLAND, Charles E. *The German Experience of Professionalization. Modern Learned Professions and their Organizations from the Early Nineteenth Century to the Hitler Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- MEIZOZ, Jerome. *Ramuz. Un passager clandestin des Lettres françaises*. Geneve: Ed. Zoe, 1997.
- MOURALIS, Bernard. "Pertinence de la notion de champ littéraire en littérature africaine". In: FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). *Les Champs littéraires africains*. Paris: Karthala, 2001, p. 57-71.
- NAUDIER, Delphine. L'irrésistible élection de Marguerite Yourcenar à l'Académie française. *Cahiers du Genre*, 36, p. 45-67, 2004.
- OFFERLE, Michel (dir.). *La Profession politique XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, 1999, p. 37-68.
- PERKIN, Harold. *The Rise of Professional Society. England since 1880*. Londres/ New York: Routledge, 1989.
- POPA, Ioana. *Traduire sous contraintes. Littérature et communisme (1947-1989)*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture & société », 2010.
- PUDAL, Romain. "La philosophie peut-elle être américaine ? Les obstacles à l'importation du pragmatisme en France". In: SAPIRO, Gisèle. *Traduire la littérature et les sciences humaines : conditions et obstacles*. Paris: DEPS (ministère de la Culture), 2012, p. 321-342.
- QUEMIN, Alain. *L'Art contemporain international. Entre les institutions et le marché*. Paris: Jacqueline Chambon/Artprice, 2002.
- _____. *Les Stars de l'art contemporain*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture & société », 2013.
- REGOURD, Serge. *L'Exception culturelle*. Paris: PUF, coll. « Que sais-je ? », 2002.
- _____. (Dir.). *De l'exception à la diversité culturelle*. Paris: La Documentation française, 2004.
- ROBICHON, Jacques. *Le Défi des Goncourt*. Paris: Denoel, 1975.
- ROCHE, Daniel. *Les Républicains des lettres: gens de culture et Lumières au XVIIIe siècle*. Paris: Fayard, 1988.
- SACRISTE, Guillaume. *La République des constitutionnalistes. Professeurs de droit et légitimation de l'État en France (1870-1914)*. Paris: Presses de Sciences Po, 2011.
- SAPIRO, Gisèle. *La Guerre des écrivains, 1940-1953*. Paris: Fayard, 1999, p. 330- 331.
- _____. The literary field between the state and the market . *Poetics. Journal of Empirical Research on Culture, the Media and the Arts*, 31(5-6), p. 441-461, 2003.
- _____. *Les professions intellectuelles, entre l'État, l'entrepreneuriat et l'industrie*. *Le Mouvement social*, 214, p. 3-24, janvier-mars, 2006.

- _____. *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture et société », 2008.
- _____. "Introduction". In: . (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 5-25.
- _____. Globalization and cultural diversity in the book market: the case of translations in the US and in France. *Poetics*, 38(4), p. 419-439, 2010a.
- _____. Les traductions littéraires entre Paris et New York à l'ère de la globalisation, étude réalisée dans le cadre d'une convention avec le MOTif (Observatoire du livre et de l'écrit en Île-de-France), *CESSP*, avril, 2010b (http://www.lemotif.fr/fichier/motif_fichier/143/fichier_fichier_syntha.se.paris.new.york.paris.pdf).
- _____. *La Responsabilité de l'écrivain. Littérature, droit et morale en France XIXe-XXIe siècles*. Paris: Seuil, 2011.
- _____. "Comparaison et échanges culturels : le cas des traductions". In: COLLECTIF. *Faire des sciences sociales, vol. 2, Comparer*. Paris: Ed. de l'EHESS, 2012, p. 193-221.
- SAPIRO, Gisèle; POPA, Ioana. "Traduire les sciences humaines et sociales : logiques éditoriales et enjeux scientifiques". In: SAPIRO, Gisèle. *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture et société », 2008.
- SCHIFFRIN, Andre. *L'Édition sans éditeurs*. Paris: La Fabrique, 1999.
- _____. *Le Contrôle de la parole. L'Édition sans éditeur, suite*. Paris: La Fabrique, 2005.
- SERRY, Herve. "Faire l'Europe" : enjeux intellectuels et enjeux éditoriaux d'une collection transnationale." In: SAPIRO, Gisèle. *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 227-252.
- SIEGRIST, Hannes. "The professions in nineteenth-century Europe". In: HARTMUT, Kaelble (éd.). *The European Way*. New York: Berghahn Books, 2004, p. 68-88.
- SKORNICKI, Arnault. *L'Économiste, la cour et la patrie*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture & société », 2011.
- SOMMIER, Isabelle et al.. *Généalogie des mouvements altermondialistes en Europe. Une perspective comparée*. Paris: Karthala, 2008.
- SWAAN, Abram de. "The European void: the democratic deficit as a cultural deficiency". In: FOSSMAN, John; SCHLESINGER, Philip (dir.). *The European Union and the Public Sphere. A Communicative Space in the Making?*. Londres/New York: Routledge, 2007, p. 135-153.

- THIESSE, Anne-Marie. *Écrire la France. Le mouvement régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris: PUF, 1991.
- _____. *La Création des identités nationales. Europe XVIIe-XXe siècle*. Paris: Seuil, 1999.
- VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris: Minuit, coll. «Le sens commun», 1985.
- VAUCHEZ, Antoine. The force of a weak field: law and lawyers in the government of the European Union. *International Political Sociology*, 2, p. 128-144, 2008.
- _____. Le prisme circulatoire. Retour sur un leitmotiv académique. *Critique internationale*, 59, p. 9-16, 2013.
- VAUCHEZ, Antoine; WITTE, Bruno de (eds.). *Lawyering Europe. European Law as a Transnational Social Field*. Oxford: Hart Publishing, 2013.
- VIGNE, Eric. *Le Livre et l'éditeur*. Paris: Klincksieck, 2008.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Comprendre le monde. Introduction à l'analyse des systèmes-monde*. Trad. Française. Paris: La Découverte, coll. « Grands Reperes Manuels », 2006, p. 136.
- WEBER, Max. *Le Savant et le politique*. Trad. Française. Paris: Plon, 1959.
- WIMMER, Andreas & SCHILLER, Nina Glick. Methodological nationalism, the social sciences and the study of migration: an essay in historical epistemology. *International Migration Review*, 37(3), p. 576-610, 2003.
- ZIMMERMANN, Benedicte; Michael WERNER. Penser l'histoire croiséé: entre empirie et réflexivité. *Annales HSS*, 58(1), p. 7-36, 2003.